



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR
PROVA OBJETIVA

- 1) Leia atentamente os enunciados abaixo e assinale a alternativa correta:
- I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei;
- II. É dever da família e da sociedade, tão somente, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde;
- III. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais;
- IV. O ECA é o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.
- (A) Se somente I e II estiverem corretas;
(B) Se I, II e III estiverem corretas;
(C) Se todas estiverem corretas;
(D) Se I, III e IV estiverem corretas.
- 2) Assinale a alternativa correta:
- (A) O Conselho Tutelar é um órgão estadual responsável por cuidar dos direitos da criança e do adolescente;
- (B) O Conselho Tutelar não é um órgão permanente, ou seja, pode ser extinto, possui autonomia funcional, e está subordinado a um órgão estatal;
- (C) O Conselho Tutelar é apenas um órgão zelador;
- (D) O Conselho Tutelar tem competência para aplicar medidas judiciais, podendo julgar alguns casos e age como órgão correccional.
- 3) Complete a lacuna corretamente e assinale a alternativa correta:
Dentre várias atribuições do Conselho Tutelar, uma é a de encaminhar _____ notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente:
- (A) Ao Ministério Público;
(B) À Casa de Assistência ao menor;
(C) Ao Juiz da Comarca;
(D) À Delegacia Municipal.
- 4) Segundo o artigo 134 do ECA, a Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito, **EXCETO** a:
- (A) licença prêmio;
(B) Cobertura previdenciária e gratificação natalina;
(C) Licença-maternidade e licença paternidade;
(D) Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.
- 5) Marque a alternativa correta a respeito dos enunciados, (V) se são verdadeiros e (F) se forem falsos:
- () É direito da criança e do adolescente ser criado e educado em família substituta;
() A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse;
() Não será permitida a convivência da criança com a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional;
() Os detentores da guarda possuem o prazo de 15 (quinze) dias para propor a ação de adoção, contado do dia seguinte à data do término do estágio de convivência.
- (A) F, V, V, V;
(B) F, F, V, V;
(C) V, F, V, F;
(D) F, V, F, V.
- 6) Somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsável:
- (A) As crianças menores de doze anos;
(B) As crianças menores de quatorze anos;
(C) As crianças menores de dezessete anos;
(D) As crianças menores de dez anos.
- 7) É assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde, por intermédio:
- (A) Do Estado;
(B) Do Município;
(C) Dos hospitais;
(D) Do Sistema Único de Saúde.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR
PROVA OBJETIVA

- 8) A vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias, é:
- (A) Opcional;
 - (B) Obrigatória;
 - (C) Dispensável;
 - (D) Facultativo.
- 9) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, sem constrangimento:
- (A) À Justiça da Infância e da Juventude;
 - (B) Ao Conselho Tutelar;
 - (C) Ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
 - (D) À Família substituta.
- 10) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, não se prolongará:
- (A) Por mais de 2 (dois) anos;
 - (B) Por mais de 18 (dezoito) meses;
 - (C) Por mais de 1 (um) ano;
 - (D) Por mais de 120 (cento e vinte) dias .
- 11) Leia atentamente os enunciados e assinale a alternativa correta:
- I. Será garantida a convivência integral do adolescente com a mãe que estiver em acolhimento institucional;
 - II. A mãe adolescente será assistida por equipe especializada multidisciplinar;
 - III. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção;
 - IV. A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.
- (A) Se somente I e II estiverem corretas;
 - (B) Se a I, II, e III estiverem corretas;
 - (C) Se a II, III e IV estiverem corretas;
 - (D) Se todas estiverem corretas.
- 12) Independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos do ECA, a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, adoção ou:
- (A) Curatela;
 - (B) Consentimento;
 - (C) Nomeação;
 - (D) Tutela.
- 13) Assinale apenas a alternativa **INCORRETA** a respeito da guarda:
- (A) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
 - (B) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
 - (C) A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros;
 - (D) A guarda será irrevogável.
- 14) Independente do estado civil, podem adotar:
- (A) Os maiores de 18 (dezoito) anos;
 - (B) Os maiores de 21 (vinte e um) anos;
 - (C) Qualquer pessoa brasileira ou estrangeira;
 - (D) Somente as pessoas naturalizadas brasileiras.
- 15) Ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais, é direito:
- (A) Da criança ou adolescente;
 - (B) Dos pais ou responsáveis;
 - (C) Dos professores das escolas;
 - (D) Da delegacia de educação.
- 16) É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:
- (A) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de três a seis anos de idade;
 - (B) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a quatro anos de idade;
 - (C) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;
 - (D) Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a sete anos de idade.
- 17) Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho:
- (A) Reduzido;
 - (B) Noturno;
 - (C) Braçal;
 - (D) Protegido.
- 18) O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observado o seguinte aspecto, entre outros:
- (A) Excelente remuneração;
 - (B) Tendo concluído o Ensino Médio;



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR
PROVA OBJETIVA

- (C) Capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho;
- (D) Pontualidade e assiduidade.
- 19) Leia atentamente os enunciados e assinale a alternativa correta a respeito dos enunciados, (V) se são verdadeiros e (F) se forem falsos:
- () A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei;
- () Ao adolescente até 16 anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem;
- () Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor;
- () Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- (A) V, V, F, V;
- (B) V, F, V, V;
- (C) F, V, V, V;
- (D) V, V, V, V.
- 20) Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua:
- (A) Faixa-etária;
- (B) Escolaridade;
- (C) Integridade física e psicossocial;
- (D) Condição social.
- 21) As emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público infanto juvenil, programas com finalidades:
- (A) Zelo e aprimoramento de seu conhecimento;
- (B) Educativas, artísticas, culturais e informativas,
- (C) Jurisdicional e de sócio afetividade;
- (D) Fiscalizadora, e reguladora de cada programação.
- 22) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:
- (A) Estiver com seus documentos em mãos;
- (B) Estiver na companhia de seus Padrinhos, munidos de seu documento de identidade;
- (C) Estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável;
- (D) Viajar na companhia de um dos pais, não necessitando de autorização do outro.
- 23) São linhas de ação da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, **EXCETO**:
- (A) Políticas sociais básicas;
- (B) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- (C) Serviço de identificação e localização de pais, responsável crianças e adolescentes desaparecidos;
- (D) Desenvolvimento de atividades em regime de coeducação.
- 24) Complete a lacuna corretamente e assinale a alternativa correta:
Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de _____, expedida pela autoridade judiciária.
- (A) Um encaminhamento do pais;
- (B) Uma ficha cadastral;
- (C) Um encaminhamento do Conselho Tutelar;
- (D) Uma Guia de Acolhimento.
- 25) Consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
Este artigo refere-se a:
- (A) Obrigação de Reparar o Dano;
- (B) Prestação de Serviços à Comunidade;
- (C) Advertência;
- (D) Liberdade Assistida.
- 26) Conforme art. 121 do ECA, a internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a:
- (A) Seis meses;
- (B) Três anos;
- (C) Um ano;
- (D) Três meses.
- 27) Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, é de competência:
- (A) Da Justiça da Infância e da Juventude;
- (B) Do Fórum local;
- (C) Do Conselho Tutelar;
- (D) Do Município e responsáveis do setor.



ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA O CONSELHO TUTELAR
PROVA OBJETIVA

- 28) Fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, ou verbalmente, na audiência, e bem assim desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária, assegurada a livre manifestação do ponto de vista técnico, dentre outras atribuições, compete:
- (A) À equipe Interprofissional;
 - (B) À Justiça da Infância e da Juventude;
 - (C) Ao Ministério Público;
 - (D) À Organização Judiciária local.
- 29) Conforme o ECA, assinale a alternativa **INCORRETA**:
- (A) O procedimento para a perda ou a suspensão do poder familiar terá início por provocação do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse;
 - (B) A citação será feita por edital, salvo se esgotados todos os meios para sua realização;
 - (C) Na hipótese de os genitores encontrarem-se em local incerto ou não sabido, serão citados por edital no prazo de 10 (dez) dias, em publicação única, dispensado o envio de ofícios para a localização;
 - (D) Na hipótese de requerido privado de liberdade, o oficial de justiça deverá perguntar, no momento da citação pessoal, se deseja que lhe seja nomeado defensor.
- 30) O prazo máximo para conclusão da habilitação à adoção, prorrogável por igual período, mediante decisão fundamentada da autoridade judiciária, será de:
- (A) 120 (cento e vinte) dias;
 - (B) 90 (noventa dias);
 - (C) 30 (trinta dias);
 - (D) 180 (cento e oitenta) dias.